

O DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA COMO DISPOSITIVO SOCIAL E SEU PAPEL NAS AÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR

Nádia Cecon¹
Ana Paula de Freitas²

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática da educação inclusiva, especialmente, a problemática do diagnóstico/laudo e como isso incide no âmbito escolar. Trata-se de um estudo de mestrado em andamento, que focaliza o papel da gestão escolar na recepção e inserção do estudante diagnosticado com alguma deficiência nas práticas escolares. Para tanto, questiona-se: como os diagnósticos de deficiência refletem nas ações dos gestores e no ambiente coletivo escolar? A fim de responder a esta pergunta de pesquisa, temos como objetivo geral: Investigar os modos como os diagnósticos de deficiência, como dispositivos sociais, incidem sobre o fazer da equipe gestora escolar. Como objetivos específicos espera-se: a) compreender a significação que os gestores fazem dos alunos com diagnósticos b) analisar e discutir a relevância das informações diagnósticas e seu uso para organização do atendimento escolar c) identificar quais os maiores desafios para a equipe gestora diante do crescimento acelerado dos diagnósticos de deficiência. O estudo, de natureza qualitativa, fundamenta-se na teoria histórico-cultural, que compreende o homem como sujeito de um contexto social, histórico e cultural, que se constitui a partir de suas relações com o outro. Foram realizadas entrevistas dialógicas com quatro gestores de diferentes escolas da rede municipal de uma cidade do interior do estado de São Paulo. As entrevistas foram realizadas individualmente, de modo presencial, audiogravadas e transcritas. Ancorados nos princípios metodológicos da referida teoria, as análises explicativas permitem, para além de descrever os acontecimentos, compreendê-los em profundidade, em suas múltiplas determinações. Resultados iniciais indicam que os diagnósticos influenciam fortemente o processo de constituição do aluno no ambiente escolar. Também nota-se que gestores acreditam na importância de um trabalho colaborativo sobre as ações inclusivas, no qual a figura do gestor tem papel central, valorizando o acolhimento, o direcionamento de ações e o diálogo coletivo no que se refere à Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural; Gestão Escolar; Diagnóstico; Deficiência

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de um recorte da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Por nossa

¹ Pós-Graduanda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco - USF, nadiacecon@hotmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco - USF, anapaula.freitas@usf.edu.br

constituição enquanto pesquisadoras e educadoras, emergiram as provocações acerca da educação de estudantes com deficiência na perspectiva da equipe gestora escolar. Como fazer uma escola para todos? Como incentivar práticas inclusivas no ambiente escolar? Quais os principais desafios encontrados? Como agir quando se recebe um aluno com diagnóstico de deficiência? Como fazer uma gestão que consolide os preceitos da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015) e dos demais documentos referentes a essa temática?

Com foco no escopo teórico-metodológico de Vigotski, pautamos as discussões nas condições de desenvolvimento de pessoas com deficiência e no papel da palavra do outro no processo de constituição humana, consequentemente os impactos na formação psíquica da criança que recebe um diagnóstico de deficiência. Assim, compreendemos o diagnóstico como um dispositivo social, determinante na constituição do aluno como sujeito das relações estabelecidas na/pela escola.

Se partimos da concepção de que é na palavra do outro que nos constituímos, também entendemos o homem como sujeito social que se constitui nas relações. Nessa perspectiva, compreendemos que a constituição da criança é afetada diretamente pelo sentido que o outro lhe atribui. É assim que se inserem também as perspectivas sobre um sujeito a partir de seu diagnóstico. No ambiente escolar, foco desta investigação, costuma-se perceber que a criança vai se desenhando segundo as características que são atribuídas a ela. A partir da chegada de um diagnóstico às mãos dos profissionais da escola, estes passam a compreendê-la pelas descrições desse documento. É como se o documento trouxesse um manual de explicações acerca da criança e, de certa forma, encaixasse a criança em um padrão de comportamento, justificando, assim, suas ações e modos de ser.

Para discutir esse contexto, partimos da seguinte questão: Que ações são mobilizadas na/pela gestão escolar ao receberem um estudante com diagnóstico de deficiência? A pesquisa tem como objetivo investigar como os diagnósticos de deficiência incidem sobre os fazeres da escola, em especial, da equipe gestora, identificando as ações realizadas pela escola/gestão escolar ao receberem um estudante com diagnóstico de deficiência, analisando e discutindo a relevância das informações diagnósticas e seu uso para organização do atendimento escolar e apresentando quais os maiores desafios para a equipe gestora diante do crescimento acelerado dos diagnósticos de deficiência.

Para desenvolver a pesquisa, baseamo-nos no método histórico-dialético que busca compreender os participantes e suas transformações ao longo dos processos de interação, bem como do processo da pesquisa. Para Vigotski, é preciso existir coerência entre o método adotado pelo pesquisador e sua posição teórica, demandando duas posturas imprescindíveis por parte do investigador: objetivar e priorizar a análise do processo e não apenas o produto, assim como se deve focar em uma análise explicativa e não descritiva desses processos. Foram entrevistados quatro gestores escolares. As entrevistas foram audiogravadas e transcritas na íntegra. As análises das entrevistas com os gestores escolares evidenciam que os diagnósticos de deficiência influenciam fortemente o processo de constituição do aluno no ambiente escolar, numa relação dialética entre as ações positivas e necessárias para o processo pedagógico e o prejuízo da patologização da Educação e suas consequências para o desenvolvimento dos alunos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria histórico-cultural, principalmente apresentada pelas proposições de Lev Semionovitch Vigotski, tem sua gênese após a Revolução Russa de 1917, quando Vigotski propõe o estudo do desenvolvimento humano a fim de buscar compreender o novo homem que surgia no contexto revolucionário. Vigotski fundou seus argumentos no materialismo histórico e dialético e assim, defende a ideia de que o desenvolvimento dos indivíduos é produto da atividade humana e das relações sociais que se constituem nessa atividade, considerando o contexto histórico, cultural e social em que esses indivíduos estão inseridos.

Vigotski em sua busca de compreender o desenvolvimento humano, debruça-se em estudos nas áreas da pedagogia, psicologia, arte, filosofia e literatura. Destacam-se seus esforços nos estudos do desenvolvimento infantil - a pedologia- e da pessoa com deficiência- a defectologia, nunca tratados de forma isolada e dissociada. O autor, pautado na teoria marxista, afirmava que é na relação com o meio que o homem se constitui em sua individualidade e que, portanto, tanto o homem quanto o meio são modificados a partir dessa relação dialética. A participação do outro na constituição do indivíduo é determinante, pois sua relação com o mundo só é possível através da mediação de um outro sujeito.

Amparados nesta perspectiva, podemos compreender que no ambiente escolar, interesse desta investigação, a interação e a significação, mediadas pela linguagem, são

determinantes no processo de constituição e de desenvolvimento dos alunos. Para Vigotski (2009, p.398), o significado é uma unidade inseparável dos processos de linguagem e pensamento: “A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra.

Baseado no princípio explicativo de sua teoria - a natureza social do desenvolvimento, Vigotski não distinguia seus estudos sobre o desenvolvimento humano dos estudos sobre a criança com deficiência, entendendo que devemos falar da educação da criança e não da criança com deficiência. Quando mencionamos a deficiência, portanto, precisamos entendê-la como um problema social e não biológico ou fisiológico, pois é no campo da interação social que as limitações e os problemas surgem e se acentuam. Sobre isso, Vigotski (1997, p. 219) reforça: “[...] as diferentes variantes do desenvolvimento infantil - longe de serem puramente biológicas - nascem e se formam no processo de desenvolvimento social, nas relações que se estabelecem nas formas coletivas de colaboração”.

Vigotski(1997) argumentava que o papel da escola era atuar a fim de dar conta das peculiaridades e gerar possibilidades de desenvolvimento cultural dos alunos com deficiência.

Amparados nesse conceito de desenvolvimento, faz-se necessário entender que a criança (com deficiência) é, primeira e primordialmente um ser social que também se constitui a partir dessas interações. Por esta razão, é tão valiosa e importante a qualidade das interações, das relações estabelecidas no ambiente escolar para o desenvolvimento da criança. Vigotski (2011, p. 216), define:

o essencial é que o desenvolvimento incompleto dos processos superiores não é primariamente condicionado pelo defeito, mas secundariamente e, por conseguinte, representa o elo mais fraco de toda cadeia de sintomas da criança anormal. Portanto, é o lugar para o qual devem ser orientados todos os esforços da educação, a fim de romper a cadeia nesse ponto mais fraco.

Neste estudo, consideramos que o diagnóstico de alguma deficiência ou transtorno de desenvolvimento afeta o desenvolvimento do sujeito e suas relações. Um século após os registros de Vigotski (2019) sobre o diagnóstico do desenvolvimento, o que encontramos na educação, hoje, não se distingue, na prática, da predominância médica sobre a educação apontada pelo autor, a respeito da produção dos diagnósticos:

Os pedólogos medem e investigam as crianças, fazem os diagnósticos e prognósticos, dão as prescrições; porém, ainda ninguém tratou de definir o que é o diagnóstico pedológico, como é necessário fazê-lo e o que é o prognóstico pedológico. Aqui a pedologia tem andado por um caminho pior: pelo caminho da cópia direta de outras ciências, ao substituir o diagnóstico pedológico pelo diagnóstico médico[...] (Vigotski, 2019, p. 365)

A definição de Vigotski corrobora para a compreensão de que cem anos depois continuamos reproduzindo esse modelo clínico de contexto de produção de diagnóstico. O autor já apresentava sua crítica a uma pedagogia terapêutica que se baseava muito mais numa adequação de comportamentos do que numa visão prospectiva da aprendizagem. A saúde patologizando as relações e o comportamento social e determinando o que a escola deve fazer com esses sujeitos. Com base nesse referencial teórico, empenhamos, neste estudo, esforços para investigar como os diagnósticos de deficiência incidem sobre os fazeres da escola, em especial, da equipe gestora.

METODOLOGIA

A pesquisa ancorou-se nos princípios metodológicos do materialismo histórico-dialético. Para Vigotski (1997), o foco da análise está no processo e não do objeto, a partir de uma perspectiva que considera o desenvolvimento como processo central na formação humana, compreendendo que esse processo ocorre nas relações sociais entre o sujeito e o meio. A pesquisa pautada nos pressupostos da teoria histórico-cultural considera o próprio processo da investigação como parte da resposta que se busca por meio dela. Isso exige do pesquisador uma postura cautelosa e atenta ao processo histórico-dialético, não perdendo de vista a origem e as (trans)formações de seu objeto de pesquisa.

Esclarecendo o contexto de produção da pesquisa, esta foi desenvolvida numa cidade do interior do estado de São Paulo com cerca de 123 mil habitantes. Conforme dados oficiais da Secretaria de Educação para o ano de 2025, a cidade conta com 28 unidades escolares de Ensino Fundamental, que atendem 10.644 alunos de 5 a 17 anos, sendo 5849 do 1º ao 5º ano (Ensino Fundamental I) e 4.795 do 6º ao 9º ano (Ensino Fundamental II). Em sua grande maioria, as unidades escolares estão concentradas na zona urbana da cidade. Apenas uma escola é considerada escola de zona rural. O

município conta com um currículo municipal do ensino fundamental reformulado a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e publicado em 2020.

Com a devida aprovação do trabalho pelo Comitê de ética em Pesquisa, iniciamos a etapa da busca pelos participantes da pesquisa conforme critérios estabelecidos. Com intenção de diversificar os olhares sobre a temática, definimos os seguintes perfis e critérios: dois coordenadores pedagógicos e dois diretores de escola, considerando apenas um gestor por instituição de ensino do município, atuantes em segmentos diferentes da Educação Fundamental (anos iniciais e anos finais) e com tempo de carreira variados entre menos de dez anos e mais de dez anos de efetivo exercício na equipe gestora escolar.

Para a produção de dados, realizamos entrevistas dialógicas com os gestores participantes do estudo. Buscamos o cuidado com uma postura ética que respeite os indivíduos participantes da pesquisa (gestores escolares). Segundo Carvalho (2019, p. 105), “Integra o protocolo ético da pesquisa científica o pressuposto de uma relação interpessoal, baseada na confiança entre pesquisador e pesquisado.” Os gestores participantes foram Isa, 55 anos, coordenadora pedagógica, graduada em Administração de empresas e Matemática, pós-graduada em Gestão escolar e coordenação pedagógica e Educação Especial e Inclusiva. Há 11 atua na coordenação pedagógica na mesma escola pública municipal; Márcio, 50 anos, licenciado em Pedagogia e pós-graduado em Educação Especial e Inclusiva. Atua há 25 anos no Magistério e há 21 anos na gestão escolar. É diretor de escola efetivo, há 15 anos atuando na mesma unidade escolar; Raimundo, 42 anos, graduado em Educação Física e Pedagogia, pós-graduado em Esporte Escolar e Tecnologia, Comunicação e Técnicas de Ensino. É diretor efetivo no município há 5 anos e atuou em duas escolas, antes da que dirige atualmente; Laura, 36 anos, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia. Atua há 12 anos na área da educação e nos últimos 4 como coordenadora pedagógica no município.

Nas entrevistas dialógicas, nos norteamos por temas como: rotina na gestão escolar, modos de recepção do aluno com diagnóstico, percepção do aluno com diagnóstico e desafios encontrados.

Após transcrição e leitura atenta das entrevistas, organizamos os dados em eixos analíticos. Esses eixos foram organizados por temas e, considerando as questões e objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para apresentar os resultados da pesquisa, trazemos excertos das entrevistas realizadas com os gestores escolares, selecionados para um processo de análise segundo os eixos analíticos anteriormente definidos, os quais apresentamos abaixo:

Eixo: O diagnóstico como mobilizador de ações e como justificativa de não aprendizagem: uma relação dialética

Eixo: Avaliação diagnóstica X Avaliação processual – O que estamos avaliando?

Eixo: Formação de professores/ profissionais de apoio pedagógico: os desafios na perspectiva da Educação Inclusiva

Para este trabalho, como recorte da pesquisa, nos debruçaremos a apresentar as análises do eixo do diagnóstico como mobilizador de ações e como justificativa de não aprendizagem: uma relação dialética.

Apresentamos, aqui, excertos do diálogo com Laura, coordenadora pedagógica, que revela sua compreensão sobre o diagnóstico como mobilizador de ações escolares, tanto em relação ao aspecto burocrático e garantidor de direito que os diagnósticos clínicos produzem, bem como para a prática pedagógica dos educadores.

Na entrevista, ao relatar suas impressões sobre o diagnóstico a as ações escolares a partir dele, destacamos que Laura, ao mesmo tempo que afirma não ser o diagnóstico balizador das possibilidades de alunos com deficiência, revela sua preocupação no modo como os professores atuam com esse público, o que nos permite compreender a relação dialética existente no cotidiano escolar com relação aos diagnósticos.

Pesquisadora:

[...] Então, você vê isso da parte dos professores, dos profissionais, essa necessidade ou querer esse laudo? Como você vê que o laudo colabora ou não nesse processo? Como você vê o impacto desse laudo?

Laura:

Eu acho importante que ele chegue pra escola como apoio, mas ele não pode definir o aluno, não. Eu não acho que isso seja tão importante para o professor, porque assim é aquilo, a partir do momento que você conhece o aluno, que você conhece a demanda, tendo aquele documento ou não, você tem que adequar o seu trabalho.

[...] Então assim, de verdade, eu acho que é importante na parte burocrática, no que garante direitos para essa criança, é importante. Mas assim, para o trabalho pedagógico, eu acho que independente do laudo, a criança tendo dificuldade a atividade e o trabalho vão ser adaptados, o aluno tem esse direito, independente do laudo. [...]

Nestes excertos, destacamos o modo como Laura aborda a questão do diagnóstico. Inicialmente, ela traz que considera o diagnóstico importante como apoio, mas não para definir o aluno. Quando ela menciona que o laudo é importante para a questão burocrática, inferimos que o apoio que ela se refere diz respeito à garantia de direitos, como, por exemplo, ter direito a um auxiliar de sala, política adotada pela rede de ensino. Ela também menciona que o laudo não define o aluno, deixa claro que é importante conhecer o aluno para adequar o trabalho, e explica que é preciso adaptar atividades em função das dificuldades do aluno, uma vez que a adaptação curricular é um direito. Em seguida, ela comenta que o professor quer o laudo para ‘diminuir’ a expectativa em relação ao aluno e, também ‘diminuir’ o trabalho. Deste modo, Laura revela que a prática de usar o diagnóstico como justificativa para a não aprendizagem do aluno com deficiência é uma realidade da escola.

Parece-nos que a prática pedagógica está sujeita às condicionalidades do laudo clínico, como se dele dependesse o planejamento, a interação e as intervenções dos professores com esses alunos. Vigotski (2019, p. 364) enfatiza a importância do diagnóstico cuidadoso e sua correta compreensão para que este contribua para o processo de desenvolvimento da criança: “Sem dúvida, ambos os momentos, quer dizer, o desenvolvimento do conceito e o grau de sua compreensão, são essenciais na determinação do êxito prático desse diagnóstico, mas eles não são os que solucionam os problemas”. A fala de Laura parece apresentar uma contradição: quando afirma que insiste que seus professores conheçam seus alunos e que “a criança tendo dificuldade a atividade e o trabalho vão ser adaptados”, parece se referir mais à adaptação curricular do que a uma visão prospectiva da aprendizagem, considerando caminhos diferentes, mas metas iguais para todos os alunos.

Os excertos apresentados apontam o quão tênue é a linha entre a colaboração de um diagnóstico, sobretudo como garantidor de direitos para o aluno que o recebe e a maneira como ele pode impactar e limitar as possibilidades desenvolvimentais desse aluno. Laura, enquanto coordenadora pedagógica, ao dizer que acredita que esses laudos

garantem direitos mas “não deveriam ser tão esperados”, demonstra a contradição existente entre os direitos garantidos a um aluno em virtude de um diagnóstico e as limitações que ele pode trazer ao processo de desenvolvimento.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.”

Boaventura Souza Santos

Refletir sobre Educação Inclusiva no contexto atual é reconhecer que muitos avanços ocorreram e que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Neste ano de 2025, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146) completa dez anos de sua promulgação. Este é o maior instrumento de defesa e garantia dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil. Contudo, se compreendemos a Educação como um processo social, defendemos, assim como Vigotski, que o sujeito se constitui através desse processo social. Essa compreensão pressupõe a todos nós, profissionais da Educação, um trabalho incansável em promover as interações necessárias, buscar caminhos para que todos os alunos se desenvolvam, acreditando sempre no poder transformador da Educação.

Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender o papel da gestão escolar ao significar os estudantes e seus diagnósticos, analisar e discutir a relevância das informações diagnósticas e seu uso para organização do atendimento escolar e identificar quais os maiores desafios para a equipe gestora diante do crescimento acelerado dos diagnósticos de deficiência. As análises das entrevistas com os gestores escolares evidenciam que os diagnósticos de deficiência influenciam fortemente o processo de constituição do aluno no ambiente escolar, numa relação dialética entre as ações positivas e necessárias para o processo pedagógico e o prejuízo da patologização da Educação e suas consequências para o desenvolvimento dos alunos.

Assim como aponta Pletsch (2009), de modo geral, os professores e demais agentes do processo educacional não se sentem capacitados para receber um aluno com deficiência, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão. Isso se revela também nas análises das entrevistas desta pesquisa. Com base nas proposições de Vigotski sobre o desenvolvimento de indivíduos com deficiência, consideramos que o trabalho precisa ser

orientado para o desenvolvimento prospectivo e para os saberes pedagógicos docentes em detrimento dos saberes advindos da clínica. Considerando, ainda, as necessidades formativas dos professores e gestores, defendemos uma formação que valorize os docentes em seu trabalho e que os empodere para serem agentes de transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146,. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de 06 de julho de 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 23 mar.

DAINEZ, D. Desenvolvimento e deficiência na perspectiva histórico-cultural: Contribuições para educação especial e inclusiva. **Revista de psicologia** (Santiago), v. 26, n. 2, p. 151-160, 2017. Disponível em:< https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-05812017000200151.

DAINEZ, D. e FREITAS, A. P de. Concepção de educação social em Vigotski: apontamentos para o processo de escolarização de crianças com deficiência. **Revista Horizontes**, v.36, n.3, p. 145-156, set/dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i3.685>

FREIRE, F. M. P. **Agenda Mágica: linguagem e memória**. Campinas- Unicamp- Instituto de Estudos da Linguagem, 2005.

FREITAS, A. P, de; CAMARGO, E. A. A.; MONTEIRO, M. I. B. Os saberes pedagógicos e a educação de alunos com deficiência: Contribuições da Teoria Histórico-Cultural. **Revista Imagens da Educação**, v. 13, n. 2, p. 148-166, abr./jun. 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v10i3.65604>

GÓES, M. C. R. de Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R. de; LAPLANE A. L. F. de (orgs) **Políticas e práticas de educação inclusiva** - 4 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013, p. 21-46.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. rev. Campinas. SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação Contemporânea).

MICHEL, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v.24, p.219-232,2011.

Disponível em: <https://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

MONTEIRO, M. I. B.; FREITAS, A. P. de; CAMARGO, E. A. A. (2014). Concepção e prática dos professores sobre deficiência: o papel do diagnóstico. In: **Relações de**

Ensino na Perspectiva Inclusiva: Alunos e professores no contexto escolar.

Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014, p. 23-39.

NOVAES, D.; FREITAS, A. P. de. A constituição da criança com autismo: Diagnóstico e suas implicações. **Rev. Psicopedagogia**; 41(124). p. 21-32, 2024.

PARO, V.H. A natureza do trabalho pedagógico. In: **Gestão democrática da escola pública**. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2016, p. 37-47.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR

SILVA, D. N. H., RIBAS, L. de M. A importância do diagnóstico psicológico na educação e os desafios à inclusão escolar: aportes da teoria Histórico-cultural. Resumo expandido para 42º Reunião Nacional da ANPED- 2025, 6 p.

Disponível em: <https://anped.org.br/anais/42reuniao-3-trabalhos/>

VIGOTSKI, L. S. [1929] Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**. Ano 21, n. 71, p. 21- 44, 2000.

VIGOTSKI, L. S. [1934] **A construção do Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes (p. 194). 2009.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, vol 37, nº4. São Paulo: USP, 2011.

VIGOTSKI, L. S. **Problemas da defectologia**. Zoia Prestes e Elisabeth Tunes. (orgs. Edic. Trad. Rev. Téc.). Expressão popular. 239 p. 2021.

VIGOTSKI, L. S. [1931]. O diagnóstico do desenvolvimento e a clínica pedológica da infância difícil. In: **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia**. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. 488 p.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas - Tomo III: Problemas del desarrollo de la psique**. Madri: Visor, 1995.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas - Tomo IV: Problemas de la psicología infantil**. Madri: Visor, 1996.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas - Tomo V: fundamentos de defectología**. 1. ed. Tradução de Julio Guillermo Blank. Madrid: Visor, 1997. v. 5.

WERNER, Jairo. Avaliação dos processos afetivo-cognitivos. In: **Saúde & educação: desenvolvimento e aprendizagem do aluno**- Rio de Janeiro: Gryphus, 2005, Educação em diálogo, v. 5, p.123-150.

WERNER, Jairo. A relação linguagem, pensamento e ação na microgênese das funções psíquicas superiores. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n.1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1349>.